

**RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 60.835 - MG
(2019/0138664-2)**

RECORRENTE : MARIA LAURA MACIEL DA SILVA
ADVOGADO : FLAVIANO DUELI DE SOUZA - MG173385
RECORRIDO : ESTADO DE MINAS GERAIS
ADVOGADO : RENATA COUTO SILVA DE FARIA - MG083743

DECISÃO

1. Conforme relatado na origem (fl. 86):

Cuida-se de mandado de segurança impetrado por Maria Laura Maciel da Silva contra ato omissivo imputado ao Governador do Estado de Minas Gerais.

A impetrante alega que “o Estado de Minas Gerais, publicou edital 04/2014 da Secretária de Estado de Educação, em 24 de Novembro de 2014, para preenchimento de vagas para PEB – Professores da Educação Base”; que, após a realização do certame, restou classificada “em 4º lugar para o Cargo de Professor da Educação Básica – PEB – Nível I, Grau A/ Química”, sendo que o edital previa uma vaga para o cargo pretendido; que foram nomeados os candidatos classificados até a terceira colocação, para o referido cargo; que “atualmente há 01 (um) cargo vago que deve ser preenchido por efetivo/concursado, o que por hora é ocupado por designado/contratado”; que “a impetrante é a própria designada/contratada no município de Ponte Nova”; que “o recente concurso público (novo), realizado neste ano de 2018, ou seja, edital 07/2017 não trouxe previsão de vagas para o cargo de química para a referida cidade”; e que, ante as razões expostas, deve ser reconhecido o seu direito subjetivo à nomeação (documento 01).

Denegada a segurança no Tribunal *a quo*, conforme a ementa (fl. 85):

DIREITO CONSTITUCIONAL – MANDADO DE SEGURANÇA – CONCURSO PÚBLICO – CARGO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA – PRETENSÃO DE NOMEAÇÃO – CANDIDATO CLASSIFICADO ALÉM DO NÚMERO DE VAGAS PREVISTAS NO EDITAL – MERA EXPECTATIVA DE DIREITO – NOMEAÇÃO PRETERIDA POR CONTRATAÇÕES PRECÁRIAS – NÃO CONFIGURAÇÃO – AUSÊNCIA DE ATO ILEGAL – SEGURANÇA DENEGADA.

- Considerando que a impetrante foi classificada além do número de vagas previsto no edital, não há como falar em direito líquido e certo à nomeação.

- Se novo cargo é criado, ou se algum cargo já existente fica vago durante o prazo de validade do concurso, a Administração, se necessitar e tiver condição de preenchê-lo ainda no período de vigência do certame, deve nomear

os candidatos classificados além de número de vagas previstas no edital, observando a ordem de classificação. Todavia, nesse tipo de situação, não há como falar em direito subjetivo de nomeação do candidato aprovado fora do número de vagas previstas no edital, pois o preenchimento das novas vagas depende de vários fatores, inclusive da análise de questões orçamentárias.

No presente recurso ordinário, a recorrente sustenta que tem direito à imediata nomeação, uma vez consideradas as contratações precárias pelo Estado de Minas Gerais.

2. Denegada a ordem na origem, o impetrante interpôs o presente Recurso em Mandado de Segurança, no qual requer a concessão liminar da segurança em caráter de antecipação de tutela, *para que proceda a nomeação e posse da recorrente*.

Para tanto necessária a análise dos dois costumeiros requisitos centrais à tutela de urgência, quais sejam, o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*.

Pois bem, *prima facie*, não se verifica a presença do *periculum in mora* já que, em sendo posteriormente concedida a segurança, o impetrante poderá ser convocado a assumir o cargo para o qual concorreu, mediante ordem judicial, não havendo contexto de perigo ou necessidade premente do impetrante que determine a urgência do pedido.

Tem-se, ainda, que, o deferimento liminar poderia implicar situação inversa (*periculum in mora* inverso), em que o impetrante seria nomeado e empossado para o cargo em possível preterição a outro candidato, que poderia ser indevidamente prejudicado pela impossibilidade de sua nomeação a tempo.

Por outro lado, igualmente não se verifica a presença do *fumus boni iuris*, tendo em vista a aparente regularidade do certame.

O ato administrativo tem fé pública e goza de presunção de legalidade, legitimidade e veracidade. Somente em situações excepcionais, desde que haja prova robusta e cabal, se pode autorizar o afastamento da justificativa do interesse público à sua desconstituição, o que não se verifica de pronto no caso concreto.

De igual modo, a própria análise exauriente na instância primeva já é indicativo de ausência da fumaça do bom direito, haja vista a tese do impetrante já ter sido apreciada e denegada a segurança em decisão exauriente, pelo colegiado no Tribunal *a quo*, não tendo havido qualquer elemento modificativo da situação fática.

Ante o exposto, **indefiro o pedido de tutela de urgência.**

Ao Ministério Público Federal, para o abalizado parecer e, após,
retorne concluso.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

Ministro FRANCISCO FALCÃO
Relator

